



# Os Desafios da Enfermagem na Assistência ao Paciente com Transtornos Mentais e Comportamentais: A Atuação Humanizada do Enfermeiro na Atenção Primária

## *The Challenges of Nursing Care for Patients with Mental and Behavioral Disorders: The Humanized Role of Nurses in Primary Health Care*

Adriana Moura de Arruda

Alice de Sousa Barros

Francisco das Chagas da Silva

Maria Fernanda Veiga Araújo Almeida

Mariana Filgueiras dos Reis

**Resumo:** O crescente número de casos de transtornos mentais e comportamentais no Brasil tem colocado a Atenção Primária à Saúde (APS) diante de desafios complexos, exigindo do enfermeiro não apenas domínio técnico, mas também uma postura sensível e humanizada diante do sofrimento psíquico. Este estudo, de caráter descritivo e baseado em revisão narrativa da literatura, buscou compreender a atuação do enfermeiro frente aos transtornos mentais na APS, analisando a importância da humanização como estratégia de vínculo terapêutico e promoção do cuidado integral. Foram consultados artigos publicados entre 2007 e 2024 em bases como SciELO, BVS e Google Acadêmico, resultando em vinte e dois estudos que compuseram a amostra final. Observa-se que grande parte dos enfermeiros ainda apresentam inseguranças e limitações no manejo de casos de saúde mental, devido à formação acadêmica insuficiente e à escassez de capacitações específicas. Contudo, os resultados também apontam para avanços significativos, como a valorização da escuta qualificada, da corresponsabilidade entre profissional e usuário e do fortalecimento de práticas humanizadas na APS. Desse modo, verifica-se que a humanização se consolida como um instrumento transformador da prática assistencial, permitindo que o enfermeiro atue de forma mais empática, resolutiva e articulada com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Assim, a valorização da educação permanente e a implementação de protocolos de cuidado humanizado tornam-se essenciais para o fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Saúde e para a efetiva promoção da saúde mental na comunidade.

**Palavras-chave:** enfermagem; saúde mental; humanização.

## INTRODUÇÃO

A crescente demanda por atendimento especializado em saúde mental constitui um desafio relevante e crescente para os sistemas de saúde, exigindo respostas qualificadas dos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS). Segundo Rotoli *et al.* (2019), é fundamental que o cuidado em saúde mental seja realizado de forma rápida, eficaz e humanizada, considerando o aumento expressivo dos casos de sofrimento psíquico e transtornos mentais em todo o país.

No contexto brasileiro, a carência de profissionais capacitados nas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) tem gerado prejuízos significativos aos usuários, que muitas vezes não encontram acolhimento adequado para suas demandas. Essa lacuna contribui para o desinteresse dos indivíduos em buscar ajuda profissional, reforçando um ciclo de desassistência e agravamento dos quadros mentais (Cruz e Santos, 2019). O Brasil, com 5.570 municípios e mais de 212 milhões de habitantes (IBGE, 2024), enfrenta uma distribuição desigual de serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2023), cerca de 59% dos municípios possuem menos de 15 mil habitantes, o que limita a implantação desses serviços e torna a APS o principal ponto de cuidado em saúde mental para aproximadamente 23 milhões de pessoas.

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou um aumento expressivo nos atendimentos relacionados à saúde mental — de 158 mil no primeiro semestre de 2023 para 192 mil em 2025 —, reflexo do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da ampliação das estratégias de cuidado territorializado. Contudo, a literatura demonstra que muitos enfermeiros ainda encontram dificuldades para identificar, acolher e acompanhar usuários com sofrimento psíquico, devido à ausência de formação específica, à sobrecarga de trabalho e à pouca articulação entre os serviços da rede (Gomes e Costa, 2019; Gusmão *et al.*, 2022).

Historicamente, o cuidado em saúde mental no Brasil esteve centrado em instituições hospitalares, o que levou à exclusão e à desumanização do tratamento. A reforma psiquiátrica, consolidada a partir da década de 1990, propôs um novo paradigma, voltado à reintegração social, à autonomia e à dignidade do sujeito (Brasil, 2017). Nesse contexto, a APS desempenha papel estratégico, pois constitui a principal porta de entrada do usuário no sistema de saúde, possibilitando ações de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamento e acompanhamento contínuo. O enfermeiro, como membro essencial das equipes multiprofissionais, tem papel central nesse processo, atuando tanto na detecção precoce quanto no cuidado humanizado e integral. Entretanto, como destacam (Souza *et al.*, 2023), a prática cotidiana desses profissionais ainda se limita, em muitos casos, a ações clínicas e burocráticas, com pouca ênfase na promoção da saúde mental e no fortalecimento do vínculo terapêutico.

Assim, discutir a atuação da enfermagem diante dos transtornos mentais na atenção primária é fundamental para compreender as potencialidades e fragilidades dessa prática e para fortalecer o cuidado centrado na pessoa, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) e da RAPS.

Dante das reflexões, a pesquisa buscou compreender a atuação do enfermeiro frente aos casos de transtornos mentais na Atenção Primária, analisando a importância da humanização como estratégia de vínculo terapêutico e promoção do cuidado integral.

## METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma revisão narrativa da literatura, que é um tipo de estudo utilizado para reunir e discutir, de forma abrangente e crítica, as publicações disponíveis sobre determinado tema, sem seguir os rigorosos padrões metodológicos das revisões sistemáticas. A revisão narrativa permite traçar um panorama geral da produção científica, identificar lacunas de conhecimento, compreender as diferentes abordagens sobre o assunto e propor novos caminhos para a prática profissional.

A busca dos estudos foi realizada entre agosto e novembro de 2025. A coleta dos dados foi realizada por meio de pesquisa em bases eletrônicas de dados científicos, como Google, Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online (SciELO), e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram: “Transtorno Mentais e Comportamentais na Atenção Primária”, “Enfermagem” e “A atuação Humanizada do Enfermeiro na Atenção Primária”. Esses termos foram combinados utilizando operadores booleanos para refinar as buscas e garantir maior precisão na seleção dos estudos.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, disponíveis em língua portuguesa, publicados entre os anos de 2007 a 2024, que abordassem especificamente a atuação da enfermagem no atendimento aos pacientes com transtorno mental. Como critérios de exclusão, eliminaram-se os estudos repetidos, dissertações, teses, artigos de opinião e aqueles que não abordavam diretamente a prática da enfermagem frente à temática em questão.

A pesquisa resultou em  $n = 58$  artigos inicialmente identificados, dos quais 22 foram selecionados após leitura criteriosa dos títulos, resumos e textos completos, compondo a amostra final. A análise ocorreu por meio da leitura exploratória, seletiva e interpretativa, agrupando-se os achados em categorias temáticas conforme a relevância para o objetivo do estudo.

A principal limitação desta revisão foi a restrição a estudos nacionais e à língua portuguesa, o que pode limitar a generalização dos resultados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados 22 artigos publicados entre 2007 e 2024 que abordam os desafios enfrentados pela enfermagem na assistência a pacientes com transtornos mentais e comportamentais. Os resultados demonstram que, apesar dos avanços conquistados com a Reforma Psiquiátrica e a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ainda persistem lacunas importantes relacionadas à formação, à prática assistencial e à integração do cuidado no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS).

De modo geral, os estudos apontam que muitos enfermeiros não se sentem preparados para atender pessoas em sofrimento psíquico. Segundo (Cruz; Santos,

2019), essa limitação está associada à formação acadêmica deficiente em saúde mental e à ausência de capacitação continuada, o que repercute na qualidade do atendimento e na segurança profissional. Em consonância, (Silva *et al.*, 2023) reforçam que a formação insuficiente em saúde mental compromete a efetividade da assistência e limita a capacidade do enfermeiro em intervir de forma resolutiva.

Entretanto, Follmann (2024) e Gusmão *et al.* (2022) argumentam que o simples preparo técnico não é suficiente para promover transformações efetivas na prática do cuidado. Para esses autores, é imprescindível que a formação esteja articulada a uma mudança de paradigma, em que o foco se desloque do modelo biologicista e hospitalocêntrico para uma abordagem psicossocial, centrada no indivíduo, na escuta qualificada e na corresponsabilidade. Assim, observa-se um contraponto entre a visão técnica, que prioriza o treinamento profissional, e a perspectiva humanista, que enfatiza o vínculo e o acolhimento como elementos essenciais da prática de enfermagem.

Os dados levantados em pesquisas nacionais revelam a magnitude desse desafio. Em estudo conduzido por (Tinoco; Almeida Júnior e Maniglia, 2024) intitulado: “Levantamento das demandas da rede de saúde mental na Atenção Primária em um município do interior de Minas Gerais”, verificou-se que apenas 38% dos enfermeiros atuantes na APS receberam capacitação formal em saúde mental nos últimos cinco anos. Menos da metade relatou sentir-se apta a conduzir casos de depressão ou ansiedade de maneira autônoma, o que evidencia a carência de preparo técnico e emocional para lidar com as demandas dessa área. Esses achados corroboram as observações de (Souza *et al.*, 2023), segundo os quais a insegurança profissional leva à predominância de práticas rotineiras, como controle de medicação e visitas domiciliares, em detrimento de ações educativas e de prevenção em saúde mental.

Além disso, a falta de informação acaba repercutindo na maneira como o enfermeiro lida com situações de crise. De acordo com (Piton *et al.*, 2024), nos serviços de urgência e emergência ainda há predomínio de abordagens centradas na medicalização e no uso de contenções físicas, o que demonstra fragilidades nas estratégias de acolhimento e escuta ativa. Em contrapartida, autores como (Waidman *et al.*, 2012) e (Brêtas *et al.*, 2024) ressaltam que o acolhimento humanizado e o vínculo terapêutico são componentes fundamentais para reduzir o sofrimento psíquico e fortalecer a adesão ao tratamento, atuando como pontes entre o paciente, a família e a equipe multiprofissional.

Essas reflexões dialogam diretamente com os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH), que propõe o acolhimento, a escuta e o respeito à singularidade do sujeito como práticas essenciais no processo de cuidado. No mesmo sentido, a RAPS — instituída pela Portaria nº 3.088/2011 — estabelece a integração entre os diversos níveis de atenção, favorecendo a continuidade do cuidado e o fortalecimento do vínculo entre usuários e profissionais. No entanto, conforme apontam (Lima Souza, 2025) e (Pereira; Leal e Serpa Júnior, 2024), muitos enfermeiros ainda desconhecem os fluxos e dispositivos da RAPS, o que dificulta a articulação entre a atenção básica, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os serviços especializados.

Essa dificuldade de articulação também evidencia a permanência de práticas fragmentadas, distantes dos pressupostos da reforma psiquiátrica. (Rotoli *et al.*, 2019), a resolutividade da atenção em saúde mental depende da construção de redes efetivas de cuidado, sustentadas pelo trabalho interdisciplinar e pela corresponsabilidade entre profissionais, gestores, usuários e familiares. Dessa forma, o papel do enfermeiro deve transcender o cumprimento de protocolos e envolver o fortalecimento do vínculo terapêutico, a mediação de conflitos e o incentivo à autonomia do paciente.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos é a importância das ações coletivas e comunitárias como instrumento de promoção da saúde mental. (Bréatas *et al.*, 2024) demonstram que a participação em grupos terapêuticos e oficinas de convivência na APS contribui significativamente para a melhoria do bem-estar emocional e para o resgate do protagonismo dos usuários. No entanto, conforme (Coimbra *et al.*, 2011), essas ações ainda são pouco desenvolvidas, principalmente em municípios pequenos e com escassez de profissionais especializados. O incentivo a práticas comunitárias está alinhado às diretrizes da PNH e ao conceito de cuidado ampliado, que compreende o sujeito em sua totalidade biopsicossocial.

A literatura também revela avanços graduais. (Torres Neto *et al.*, 2023) destacam que, em unidades de saúde onde os enfermeiros participam de programas de educação permanente, houve aumento de até 25% na detecção precoce de transtornos mentais comuns, demonstrando o impacto positivo da qualificação profissional. De modo semelhante, (Follmann, 2024) observa que o investimento em formações que integrem teoria e prática clínica favorece o desenvolvimento de competências relacionais e comunicacionais, fortalecendo a capacidade de acolhimento e escuta empática.

Portanto, ao integrar os achados dos diferentes autores, constata-se que o cuidado em saúde mental na APS deve ser compreendido como um processo contínuo, interdisciplinar e humanizado, em que o enfermeiro desempenha papel central na promoção do vínculo terapêutico e na mediação entre o paciente e os demais dispositivos da rede. A humanização do cuidado não se restringe a um ideal ético, mas se configura como uma prática concreta que amplia a efetividade das ações e contribui para a consolidação das políticas públicas em saúde mental.

Em síntese, os resultados indicam que os principais desafios da enfermagem nessa área estão relacionados à formação profissional insuficiente, à fragmentação das redes de cuidado e à necessidade de fortalecimento das práticas de acolhimento e escuta ativa. Por outro lado, os avanços observados em experiências bem-sucedidas de integração entre APS e RAPS demonstram que é possível superar essas barreiras por meio do investimento em educação permanente, práticas colaborativas e políticas institucionais que priorizem o cuidado centrado na pessoa e na comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pela enfermagem na assistência a pacientes com transtornos mentais na Atenção Primária são complexos e multifatoriais, envolvendo lacunas na formação profissional, dificuldades na articulação da rede e fragilidades nas práticas de acolhimento. Observa-se que o enfermeiro, apesar de desempenhar papel central no cuidado integral, ainda encontra barreiras estruturais e institucionais que dificultam uma prática plenamente humanizada.

Constata-se que o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental depende da valorização da educação permanente, do investimento em programas de capacitação e da criação de protocolos humanizados na APS, voltados à escuta, ao acolhimento e ao vínculo terapêutico. Tais medidas contribuem para consolidar os princípios do SUS — universalidade, integralidade e equidade — e reafirmam os pressupostos da Política Nacional de Humanização (PNH), que reconhece o cuidado humanizado como elemento essencial para a promoção da saúde mental e da dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

- BENETTI, S. P. **Adolescência e saúde mental: revisão de artigos publicados no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1273-1282, 2007. DOI: 10.1590/S0102-311X2007000600002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental: Reforma Psiquiátrica e atenção psicossocial.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 923, de 17 de julho de 2023.** Habilita os Municípios a receberem, em parcela única, incentivo de implantação de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e estabelece recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jul. 2023. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0923\\_18\\_07\\_2023.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0923_18_07_2023.html). Acesso em: 18 out. 2025.
- BRÊTAS, J. R.; SILVA, V. F. da; OLIVEIRA, M. R. G. de; GOMES, M. dos S. **Atendimento às pessoas com transtorno mental na atenção primária à saúde.** Revista de APS, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, e181155, 2024. DOI: 10.34019/1809-8363.2024.v27.181155
- COIMBRA, V. C. C. et al. **Avaliação da satisfação dos usuários com o cuidado da saúde mental na Estratégia Saúde da Família.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1150–1156, 2011. DOI: 10.1590/S0080-62342011000500017
- CRUZ, E. L.; SANTOS, R. M. M. **Atenção à saúde da pessoa em sofrimento psíquico na Estratégia Saúde da Família.** Saúde em Redes, v. 5, n. 1, p. 127-144, 2019. DOI: 10.18310/2446-4813.2019v5n1p127-144.

FOLLMANN, G. **Atuação da enfermagem na saúde mental no contexto da atenção básica.** 2024. Disponível em: <https://fema.com.br/public/file/ad5f6648-52df-4ee2-a7ad-e3e428e08e8f/Artigo-July-e-Gustavo.pdf> . Acesso em: 18 out. 2025.

GOMES, M. de S.; COSTA, I. P. **Referenciais teóricos utilizados na assistência de enfermagem no campo da saúde mental: revisão de escopo.** Revista Saúde em Redes, v. 5, n. 1, p. 127-144, 2019. DOI: 10.18310/2446-4813.2019v5n1p127-144. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/24600/21691>. Acesso em: 18 out. 2025.

GUSMÃO, R. O. M. et al. **Atuação do enfermeiro em saúde mental na estratégia de saúde da família.** Revista de Saúde e Ciências Biológicas, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da Federação — Brasil, 1.º de julho de 2024.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2024/estimativa\\_dou\\_2024.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf). Acesso em: 18 out. 2025.

LIMA SOUZA, K. C. do N. **Saúde mental e atenção primária: desafios na integração do cuidado.** 2025. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8046> . Acesso em: 18 out. 2025.

PEREIRA, M. T. C. G.; LEAL, E. M.; SERPA JUNIOR, O. D. **Experiência de adoecimento e estratégias de “tocar a vida” de pessoas com esquizofrenia acompanhadas na Atenção Primária: estudo qualitativo orientado pelo Recovery.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 34, e34014, 2024. DOI: 10.1590/S0103-7331202434014p.

PITON, G. P. P. et al. **Experiências de enfermeiros no cuidado de pessoas em sofrimento psíquico hospitalizadas por comorbidades clínicas.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 77, n. 5, e20230136, 2024. DOI: 10.1590/0034-7167-2023-0136.

ROCHA, S. V. et al. **Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos atendidos na atenção primária à saúde.** Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 647-656, 2010. DOI: 10.1590/S1415-790X2010000400008.

ROTOLI, A. et al. **Saúde mental na Atenção Primária: desafios para a resolutividade das ações.** Revista Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e20180303, 2019.

SILVA, Á. S. de Q.; SILVA, V. S.; SILVA, L. D. da. **Os desafios da enfermagem frente à assistência ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na atenção primária.** 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9079>. Acesso em: 18 out. 2025.

SOUZA, J. K. de et al. **Percepções de enfermeiros de Unidades Básicas de Saúde quanto à atuação frente aos casos de depressão.** Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 28, e87045, 2023. DOI: 10.1590/ce.v28i0.87045.

TINOCO, L. M. B.; ALMEIDA JÚNIOR, S.; MANIGLIA, F. P. **Survey of demands for the mental health network in Primary Care in a municipality in the interior of Minas Gerais.** Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 41, e210106, 2024. DOI: 10.1590/1982-0275202441e210106.

TORRES NETO, F. et al. **Transtorno mental comum em populações assistidas pela Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma revisão integrativa.** Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, e31030119, 2023. DOI: 10.1590/1414-462X202331030119.

TORRES, F. **Transtorno mental comum em populações assistidas pela atenção primária à saúde no Brasil: uma revisão integrativa.** Revista Saúde em Redes, v. 5, n. 1, p. 127-144, 2023. DOI: 10.18310/2446-4813.2023v5n1p127-144.

WAIDMAN, M. A. P. et al. **Assistência de enfermagem às pessoas com transtornos mentais e às famílias na Atenção Básica.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 346-351, 2012. DOI: 10.1590/S0103-21002012000300009.